

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) e Manati S.A. (“Manati”) são sucessoras nas operações de exploração e produção (“E&P”) da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”).

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo apresenta em seu portfólio seis blocos exploratórios localizados em bacias *offshore* da Plataforma Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu (BM-CAL-5, CAL-M-312 e CAL-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e dois na Bacia de Santos (BM-S-12, BM-S-8). Dos blocos citados, a QGEP é operadora do bloco BM-J-2 e os demais são operados pela Petrobras.

A Companhia possui ainda a participação em quatro campos em fase de desenvolvimento e produção. Desses, dois estão situados na Bacia de Camamu (Manati e Camarão Norte) e dois estão situados na Bacia de Santos (Atlanta e Oliva, antigo BS-4). Dos campos citados, a QGEP é operadora dos campos Atlanta e Oliva e os demais são operados pela Petrobrás.

Conforme descrito na Nota 29, a Companhia obteve da ANP a aprovação da transferência da operação dos campos Atlanta e Oliva (BS-4), adquirido junto a Shell em 16 de agosto de 2011 e a aprovação a transferência dos direitos de concessão do Campo de Coral da Companhia BS-3 S.A. para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) em 8 de fevereiro de 2012.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoar o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras referente ao Bloco BM-J-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA que restringe atividades de perfuração entre os meses de outubro de 2011 e fevereiro de 2012 neste local. A licença ambiental é válida até junho de 2013, portanto o reinício da perfuração deve ocorrer no segundo trimestre de 2012.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações financeiras individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia e suas controladas. As transações, saldos, receitas e despesas entre partes relacionadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir:

| | <u>Porcentagem de participação - %</u> | |
|--------|--|-------------------|
| | <u>Controle</u> | <u>31/12/2011</u> |
| QGEP | Direto | 100% |
| Manati | Indireto | 100% |

2.4. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera com um único segmento, exploração e produção (E&P). Adicionalmente, a receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

Resumo das principais práticas contábeis:

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. (Nota 6)

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

Os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados pelo método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Esse método determina que os gastos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e de geofísica, custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com perfuração de poços (*Drilling Costs*) onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados até a sua conclusão.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os juros e demais encargos financeiros calculados sobre os passivos relativos a aquisições do ativo imobilizado foram capitalizados como custos desses ativos até o início de suas operações (fase de produção/operação).

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

2.9. Intangível

A Companhia apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, basicamente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;

- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com essa avaliação, efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração entende que não existe a necessidade de efetuar provisão para realização nesses ativos exploratórios na referida data.

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de dezembro de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.11. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas da Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota 16).

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

2.12. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas é constituída para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados.

2.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

2.16. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente será transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada Manati.

2.17. Acordos de pagamentos baseados em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 23 iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.19.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui equivalentes de caixa e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Companhia possui contas a receber e depósitos bancários (na rubrica de Equivalentes de Caixa) classificados nesta categoria.

2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20.2. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico primário que a Companhia opera.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, interpretações e as alterações de normas existentes emitidas pelo CPC e IFRS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011 não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As normas a seguir relacionadas foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 ou em períodos subsequentes.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

| <u>Pronunciamento ou interpretação</u> | <u>Descrição</u> | <u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u> |
|--|---|--|
| IFRS 7 | Instrumentos Financeiros - Divulgação | 1º de janeiro de 2015 |
| IFRS 9 | Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação | 1º de julho de 2015 |
| IFRS 10 | Demonstrações Financeiras Consolidadas | 1º de janeiro de 2013 |
| IFRS 11 | Acordo Contratual Conjunto | 1º de janeiro de 2013 |
| IFRS 12 | Divulgação de Participação em Outras Entidades | 1º de janeiro de 2013 |
| IFRS 13 | Mensuração do Valor Justo | 1º de janeiro de 2013 |
| IAS 1 | Apresentação das Demonstrações Financeiras | 1º de julho de 2012 |
| IAS 12 | Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é mensurado pelo modelo de Valor Justo da IAS 40 | 1º de janeiro de 2012 |
| IAS 27 | Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas | 1º de janeiro de 2013 |
| IAS 28 | Investimentos em Coligadas e Controladas | 1º de janeiro de 2013 |
| IAS 32 | Instrumentos Financeiros - Apresentação | 1º de janeiro de 2014 |

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Caixa e depósitos bancários | 51 | 21 | 758 | 935 |
| CDB's e debêntures compromissadas | 2.654 | 5.208 | 106.553 | 136.290 |
| Fundo de investimento exclusivo | - | - | 914.640 | - |
| Total | <u>2.705</u> | <u>5.229</u> | <u>1.021.951</u> | <u>137.225</u> |

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures) e investimentos em fundo exclusivo (item “c” abaixo), possuindo liquidez imediata e rentabilidade indexada à variação da taxa do CDI, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

| | Consolidado | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Fundo de investimento exclusivo | 130.479 | - |
| Total | <u>130.479</u> | <u>-</u> |

Em 31 de dezembro de 2011, a rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 100,26% do CDI.

c) Composição do fundo de investimento exclusivo

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos e privados indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Até 31 de dezembro de 2011, todas as aplicações dos fundos exclusivos possuíam liquidez diária, independente dos vencimentos dos papéis que lastreiam os fundos.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados no quadro abaixo:

| <u>Produto</u> | <u>Data de vencimento</u> | <u>Valor</u> |
|---|---------------------------|----------------|
| Compromissada (LFT e debêntures) | jul/17 a abr/26 | 220.579 |
| CDB/ CDI (pós-fixado) | nov/12 a jun/14 | <u>694.061</u> |
| Títulos classificados em equivalentes de caixa | | <u>914.640</u> |
| Letras Financeiras de Tesouro (LFT) | mar/13 a set/16 | <u>130.479</u> |
| Títulos classificados em aplicações financeiras | | <u>130.479</u> |

5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (até 25 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações basicamente de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

| | <u>Consolidado</u> | |
|--------------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Estoque de materiais (*) | 5.362 | - |

(*) Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória da controlada QGEP.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| <u>Passivo – circulante</u> | | | | |
| Contas a pagar - Construtora QG S.A. (a) | - | - | 58 | - |
| Contas a pagar - QGOG (b) | - | - | 325 | 1.049 |
| Contas a pagar - BS-3 S.A. | - | - | 117 | 132 |
| Contas a pagar - QGEP (c) | <u>113</u> | <u>660</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>113</u> | <u>660</u> | <u>500</u> | <u>1.181</u> |

| | Consolidado | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>01/01/11</u> | <u>02/09/10</u> |
| | <u>a 31/12/11</u> | <u>a 31/12/10</u> |
| <u>Resultado</u> | | |
| Despesas gerais e administrativas (b) | 1.515 | 1.573 |
| Despesas financeiras | 1.177 | - |

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES.

(b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e à QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.

(c) Refere-se a reembolso de despesas incorridas com consultores externos e outros.

7.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da administração conforme apresentada no quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>01/01/11</u> | <u>02/09/10</u> | <u>01/01/11</u> | <u>02/09/10</u> |
| | <u>a 31/12/11</u> | <u>a 31/12/10</u> | <u>a 31/12/11</u> | <u>a 31/12/10</u> |
| Benefícios de curto prazo | 1.690 | 44 | 5.356 | 2.551 |
| Plano de opções de ações | - | - | 2.221 | - |

Além da remuneração citada acima, durante o ano de 2011, foi pago montante de R\$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA") de 28 de março de 2011.

7.2. Garantias entre partes relacionadas

Os empréstimos bancários das instituições financeiras BNB e BNDES possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos, conforme descritos na Nota 14.

8. CAIXA RESTRITO

| | Consolidado | |
|--|---------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Fundo da provisão de abandono (a) | 11.379 | 4.049 |
| Aplicação financeira – amortização acelerada empréstimos BNB (b) | 2.142 | 59.075 |
| Aplicação financeira – conta reserva (c) | <u>47.447</u> | <u>47.447</u> |
| Total caixa restrito | <u>60.968</u> | <u>110.571</u> |

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota 16) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. O benchmark do fundo é 70% da variação cambial mais 30% da variação do CDI. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 11,71% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
- (b) Conta para qual são transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Quando o saldo desta conta alcançar um montante igual ao valor de uma prestação de amortização do principal, BNB poderá efetuar pagamentos adicionais, de modo a reduzir o número total de prestações. Estes recursos são aplicados em LFT, indexados à variação da taxa do CDI, com rentabilidade de 99% do CDI, cujo prazo de vencimento é de até 48 meses a partir de 31 de dezembro de 2011. Em novembro de 2011, o BNB exerceu o direito de efetuar pagamentos adicionais com a antecipação de 33 parcelas referentes a este financiamento no montante total de R\$60.036.
- (c) Outros ativos financeiros da controlada Manati composto por saldos de aplicações financeiras que fazem parte do pacote de garantias cedidas ao BNB em decorrência do financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Estes recursos são aplicados em operações de renda fixa, indexadas à variação do CDI, integralmente aplicadas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendem uma taxa média de 99% do CDI e prazo médio de 108 dias a partir de 31 de dezembro de 2011. Esta aplicação será renovada até o término do financiamento.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Antecipação IR e CS | 978 | - |
| IRRF sobre aplicação financeira (a) | 19.514 | 781 |
| ICMS sobre imobilizado (b) | 373 | 486 |
| Outros | - | 107 |
| Total | <u>20.865</u> | <u>1.374</u> |
| Circulante | <u>20.698</u> | <u>1.156</u> |
| Não circulante | <u>167</u> | <u>218</u> |

(a) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

(b) Créditos registrados na Manati referentes às aquisições destinadas ao ativo imobilizado os quais vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/48 avos.

9.2 Impostos e contribuições a recolher

| | Controladora | Consolidado | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| ICMS (a) | - | 5.006 | 4.375 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | 6.301 | 7.937 |
| IRRF | 28 | 343 | - |
| PIS/COFINS (a) | - | 9.395 | 6.981 |
| Royalties (b) | - | 2.453 | 2.501 |
| Participação especial (c) | - | 865 | 775 |
| Outros | - | 75 | 10 |
| Total circulante | <u>28</u> | <u>24.438</u> | <u>22.579</u> |

(a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.

(b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 21.

(c) A participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 21.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

| | Controladora | |
|--|----------------|-------------|
| | 01/01/11 | 02/09/10 |
| | a 31/12/11 | a 31/12/10 |
| Lucro antes da tributação | 92.137 | 35.595 |
| Alíquotas oficiais de imposto | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais | (31.327) | (12.102) |
| Ajuste dos encargos à taxa efetiva: | | |
| Equivalência patrimonial | 32.398 | 12.124 |
| Benefícios fiscais não registrados | <u>(1.071)</u> | <u>(22)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Imposto de renda/contribuição social diferidos | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Imposto de renda/contribuição social correntes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | Consolidado | |
| | 01/01/11 | 02/09/10 |
| | a 31/12/11 | a 31/12/10 |
| Lucro antes da tributação | 121.211 | 45.708 |
| Alíquotas oficiais de imposto | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais | (41.212) | (15.541) |
| Ajuste dos encargos à taxa efetiva: | | |
| Incentivos fiscais (a) | 24.035 | 15.738 |
| Benefícios fiscais não registrados (b) | (4.681) | (11.176) |
| Despesas indedutíveis / Outros | <u>(7.215)</u> | <u>866</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | (29.073) | (10.113) |
| Alíquota efetiva | 23,99% | 22,13% |
| Imposto de renda/contribuição social diferidos | 2.939 | (710) |
| Imposto de renda/contribuição social correntes | (32.013) | (9.403) |

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.15).

(b) Referente a 100% dos prejuízos fiscais da controlada QGEP e da controladora QGEPP.

9.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de despesas/provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Manati, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

| | <u>Consolidado</u> |
|--|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 2.861 |
| Diferença temporária | |
| Amortização dos ativos referentes a provisão de abandono | 1.143 |
| Variação cambial da provisão de abandono | <u>1.796</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>5.800</u> |

A Companhia estima a realização do ativo fiscal diferido, com base na realização das diferenças temporárias, a partir de 2027.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentadas as informações os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

| Participação | Nome da controlada | Local de constituição e operação | Participação e capital votante e total detidos - % |
|--------------|---|----------------------------------|--|
| Direta | Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. | Brasil | 100% |
| Indireta | Manati S.A. | Brasil | 100% |

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta, são:

| | <u>Controlada direta QGEP</u> | <u>Controlada indireta Manati</u> |
|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| Quantidade de ações ordinárias | 191.352.711 | 38.044.131 |
| Percentual de participação direta | 100% | 100% |
| | <u>R\$</u> | <u>R\$</u> |
| Capital social | 2.042.553 | 253.481 |
| Patrimônio líquido | 2.170.498 | 515.838 |
| Resultado do exercício | 95.289 | 105.906 |

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

| | <u>R\$</u> |
|--|------------------|
| Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 | 617.148 |
| Integralização de capital em 11 de fevereiro de 2011 (a) | 1.271.000 |
| Integralização de capital em 4 de março de 2011 (b) | 191.046 |
| Plano de opção de ações | 3.731 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (2.716) |
| Dividendos recebidos (c) | (5.000) |
| Resultado de equivalência patrimonial (d) | <u>95.289</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>2.170.498</u> |

- (a) Em AGE realizada em 11 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da controlada QGEP no montante de R\$1.271.000, o qual passou nesta data de R\$580.506 para R\$1.851.506 mediante a emissão de 116.228.375 ações ordinárias.
- (b) Em AGE realizada em 4 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da controlada QGEP no montante de R\$191.046, o qual passou nesta data de R\$1.851.506 para R\$2.042.553 mediante a emissão de 17.470.595 ações.
- (c) Em AGE realizada em 4 de agosto de 2011 foi aprovada a distribuição e pagamento aos acionistas da QGEP de dividendos no valor de R\$5.000.
- (d) Resultado apurado pela investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

10.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Manati S.A.

A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati, localizado na bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado campo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

11. IMOBILIZADO

| | Taxa de depreciação e amortização % | Consolidado | | 31/12/2010 | |
|---|-------------------------------------|------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2011 | Depreciação e amortização | Líquido | Líquido |
| <u>Segmento corporativo</u> | | <u>Custo</u> | | | |
| Móveis e utensílios | 10% | 646 | (53) | 593 | 171 |
| Veículos | 20% | 583 | (51) | 532 | - |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 20% | 1.344 | (203) | 1.141 | 979 |
| Computadores – <i>Hardware</i> | 20% | 960 | (80) | 880 | - |
| Subtotal | | <u>3.533</u> | <u>(387)</u> | <u>3.146</u> | <u>1.150</u> |
| <u>Segmento de upstream</u> | | | | | |
| Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i) | - | 327.917 | - | 327.917 | 131.820 |
| Gastos com exploração de recursos naturais (ii) | (iii) | 16.844 | (10.491) | 6.353 | 7.473 |
| Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento | - | 1.362 | - | 1.362 | 405 |
| Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás | (iii) | <u>802.178</u> | <u>(271.531)</u> | <u>530.647</u> | <u>572.809</u> |
| Subtotal | | <u>1.148.301</u> | <u>(282.022)</u> | <u>866.279</u> | <u>712.507</u> |
| Total | | <u>1.151.834</u> | <u>(282.409)</u> | <u>869.425</u> | <u>713.657</u> |

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

| Custo | Consolidado | | | | | Total |
|---------------------------------|--------------------------------------|---|--|---|--|------------------|
| | Gastos com imobilizados corporativos | Gastos com exploração de recursos naturais – em andamento | Gastos com exploração de recursos naturais | Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás – em andamento | Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás | |
| (+) Adições pelo acervo líquido | - | 120.702 | 16.844 | 405 | 788.315 | 926.266 |
| (+) Adições do período | <u>1.150</u> | <u>11.118</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>4.010</u> | <u>16.278</u> |
| Saldo em 31/12/2010 | 1.150 | 131.820 | 16.844 | 405 | 792.325 | 942.544 |
| (+) Adições do exercício(a) | 2.383 | 208.512 | - | 957 | 9.853 | 221.705 |
| (-) Baixas do exercício (b) | <u>-</u> | <u>(12.415)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(12.415)</u> |
| Saldo em 31/12/2011 | <u>3.533</u> | <u>327.917</u> | <u>16.844</u> | <u>1.362</u> | <u>802.178</u> | <u>1.151.834</u> |

- (a) Principais adições referentes ao BM-J-2 no montante de R\$112.205, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais.

- (b) Baixa referente principalmente ao bloco BMS-76 em razão da decisão de devolver à ANP, conforme indicado na nota 12.

| <u>Depreciação e amortização</u> | <u>Depreciação imobilizado corporativo</u> | <u>Amortização gastos com exploração</u> | <u>Amortização gastos com desenvolvimento</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------|--|--|---|--------------|
| (+) Adições pelo acervo líquido | - | (8.761) | (190.279) | (199.040) |
| (+) Adições do período | - | (610) | (29.237) | (29.847) |
| Saldo em 31/12/2010 | - | (9.371) | (219.516) | (228.887) |
| (+) Adições do exercício | (387) | (1.120) | (52.015) | (53.522) |
| Saldo em 31/12/2011 | (387) | (10.491) | (271.531) | (282.409) |

12. INTANGÍVEL

| | <u>Custo</u> | <u>Consolidado</u> | | |
|---|----------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | | <u>Amortização</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Aquisição de concessão exploratória (i) | 529.399 | - | 529.399 | - |
| Bônus de assinatura (ii) | 4.364 | - | 4.364 | 5.836 |
| Software | <u>1.527</u> | (85) | <u>1.442</u> | - |
| Total | <u>535.290</u> | (85) | <u>535.205</u> | <u>5.836</u> |

- (i) Em 1º de junho de 2011, a controlada QGEP assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de US\$175.000 (cento e setenta e cinco milhões de dólares). A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), QGEP, Petrogal e Barra Energia. O pagamento de 10% do valor (US\$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos de Atlante e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de US\$157.500 (cento e cinquenta e sete milhões e quinhentos mil dólares). Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (antigo BS-4) para a QGEP. O pagamento de 10% do valor (US\$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% (US\$141.750) da aquisição foram pagos no dia 02 de março de 2012, conforme divulgado na Nota 29.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2011, os bônus de assinatura, no montante de R\$4.364, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota 21.

| Custo | Consolidado | | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|---------------------|--------------|----------------|
| | Aquisição de concessão exploratória | Bônus de assinatura | Software | Total |
| (+) Adições pelo acervo líquido | - | 25.573 | - | 25.573 |
| (-) Baixas do período (iii) | - | (19.737) | - | (19.737) |
| Saldo em 31/12/2010 | - | 5.836 | - | 5.836 |
| (+) Adições do exercício (i) | 529.399 | - | 1.527 | 530.926 |
| (-) Baixas do exercício (iii) | - | (1.472) | - | (1.472) |
| Saldo em 31/12/2011 | <u>529.399</u> | <u>4.364</u> | <u>1.527</u> | <u>535.290</u> |

- (iii) Em março e junho de 2011, o consórcio tomou a decisão de devolver os blocos adjacentes BM-S-75/BM-S-77 e BM-S-76 à ANP, respectivamente. Com isso, a Companhia arcou com os compromissos assumidos como garantia do PEM (Programa Exploratório Mínimo) do bloco BM-S-77 no montante de R\$10.555 que foi provisionado em dezembro de 2010 na conta “Provisão para garantia devolução dos blocos” e liquidados em maio de 2011 quando exercidos pela ANP. Além disso, a Companhia baixou os saldos referentes aos bônus de assinatura dos blocos BM-S-75/BM-S-77 (no montante de R\$19.737 em dezembro de 2010) e BM-S-76 (no montante de R\$1.472 em maio de 2011).

13. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$265.895 no consolidado está relacionado ao contas a pagar com a Shell pela aquisição de direitos de participação nos campos Atlanta e Oliva (BS-4) conforme descrito na Nota 12. O pagamento de 10% do valor (US\$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% (US\$141.750) da aquisição foram pagos no dia 2 de março de 2012, conforme divulgado na Nota 29. O efeito da variação cambial é registrado no resultado do exercício.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades-fins da Companhia.

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | Consolidado | | | |
|---------------------------------|------------|------------|--------------------------|-------------------------------------|--------------------|------------|
| | | | Encargos | Garantia | Forma de pagamento | Vencimento |
| <u>Moeda estrangeira - US\$</u> | | | | | | |
| IFC – A | - | 7.028 | Libor + 1.75% a.a. | Fiança (a) | semestral | Nov/11 (*) |
| IFC – C | - | 16.829 | 10.29% a.a.- 11.48% a.a. | Fiança (a) | semestral | Nov/11 (*) |
| Total em moeda estrangeira | - | 23.857 | | | | |
| <u>Moeda nacional</u> | | | | | | |
| BNDES | 52.474 | 96.202 | TJLP +3.5% a.a. | Fiança (c) e penhor ações Manati | mensal | Dez/13 |
| BNB | 51.083 | 144.963 | 10% a.a. (b) | Fiança (c) e penhor ações Manati | mensal | Dez/13 |
| Total em moeda nacional | 103.557 | 241.165 | | | | |
| Circulante | 51.992 | 76.330 | | | | |
| Não circulante | 51.565 | 188.692 | | | | |
| Total consolidado | 103.557 | 265.022 | | | | |

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP –Taxa de Juros de Longo Prazo

URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo

BNB - Banco do Nordeste

IFC – International Finance Corporation

(*) Em 16 de maio de 2011, o contrato junto ao IFC foi integralmente liquidado.

| | |
|------------------|---------------|
| <u>Descrição</u> | <u>Dez-11</u> |
| TJLP anual | 6,00% |

- (a) Notas Promissórias com Fiança da Queiroz Galvão S.A. (QGSA) sem cobrança de encargos financeiros.
- (b) Sobre os encargos incidentes no financiamento em questão, são aplicados mensalmente Bônus de Adimplência de 15% sobre a taxa efetiva conforme definido contratualmente, desde que as prestações sejam pagas até as datas de vencimento previstas em contrato.
- (c) Os contratos de financiamento celebrados entre a Manati S.A. e os bancos BNB e BNDES prevê como garantias (i) uma fiança prestada pela QGSA, até a assinatura dos contratos acessórios (ii) penhor em primeiro grau dos direitos creditórios da Manati S.A. emergentes dos contratos de venda de gás natural e condensado e dos hidrocarbonetos de propriedade da Manati S.A. e (iii) penhor de Ações.

Movimentação dos empréstimos

| | |
|----------------------------------|-----------|
| Saldo - 31/12/2010 | 265.022 |
| (-) Amortização do principal (a) | (159.836) |
| (+) Adições de juros | 20.250 |
| (-) Amortização de juros (a) | (19.059) |
| (-) Bônus adimplência | (1.924) |
| (+/-) Variação cambial | (896) |
| Saldo final - 31/12/2011 | 103.557 |

- (a) Referente a liquidações dos empréstimos juntos as instituições financeiras, conforme composição abaixo:

| <u>Banco</u> | <u>Principal</u> | <u>Juros</u> |
|--------------|------------------|---------------|
| IFC – A | 6.679 | 74 |
| IFC – C | 16.030 | 882 |
| BNDES | 43.552 | 6.678 |
| BNB (*) | <u>93.575</u> | <u>11.425</u> |
| | <u>159.836</u> | <u>19.059</u> |

- (*) Em novembro de 2011, o BNB exerceu o direito de resgatar o montante do caixa restrito antecipando 33 parcelas referentes a este financiamento no montante total de R\$60.036.

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

| <u>Vencimentos</u> | <u>Dez-11</u> |
|--------------------|---------------|
| 2012 | 51.992 |
| 2013 | 51.565 |

Os contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) que referem-se basicamente à manutenção de certos índices de liquidez, sendo estes índice de liquidez corrente, índice de endividamento e cobertura do serviço da dívida. As cláusulas restritivas são requeridas de serem calculadas anualmente.

Os *covenants* não financeiros relacionados aos contratos de empréstimo da controlada Manati junto ao BNB e ao BNDES correspondem basicamente à distribuição de dividendos acima de 25%, os quais devem ser autorizados pelos bancos financiadores da Manati. Historicamente todas as solicitações efetuadas foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela Manati para a QGEP.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas encontram-se de acordo com todas as cláusulas desses contratos.

O contrato de financiamento com o *International Finance Corporation* (IFC) foi originalmente celebrado entre essa instituição e a QGOG. Em maio de 2010, foi celebrado um termo de anuência (*waiver*) por meio do qual o IFC consentiu que as obrigações desse contrato de financiamento fossem transferidas para a QGEP.

Em 15 de abril de 2011 foi solicitada e concedida a anuência para a antecipação da última parcela do financiamento do IFC com vencimento em 15 de novembro de 2011 no valor de US\$7.083 para dia 16 de maio de 2011. Com isso, nesta data o contrato junto ao IFC foi liquidado integralmente.

15. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas demonstrações financeiras e se referem:

- a) Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R\$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.
- b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde – descumprimento de condicionantes, a qual deu origem a Execução Fiscal decorrente da multa aplicada no Auto de Infração , lavrado em 22/11/2006, pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA). O valor da execução é de R\$364 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para abandono referente as operações na controlada Manati foram definidas no exercício de 2011 pelo operador do bloco (Petrobras), conforme Ata de Reunião do Comitê Operacional de 29 de outubro de 2011.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US\$) são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

Movimentação da Provisão para Abandono

| | <u>Consolidado</u> |
|-------------------------------|--------------------|
| Saldo em 31/12/2010 | 95.085 |
| Variação cambial do exercício | <u>11.962</u> |
| Saldos em 31/12/2011 | <u>107.047</u> |

17. RECEITA LÍQUIDA

| | 01/01/11 <u>a 31/12/11</u> | 02/09/10 <u>a 31/12/10</u> |
|----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Receita operacional bruta | <u>372.020</u> | <u>183.983</u> |
| PIS | (6.019) | (2.963) |
| COFINS | (27.723) | (13.646) |
| ICMS | (42.026) | (20.709) |
| Descontos – reduções contratuais | <u>(7.245)</u> | <u>(4.423)</u> |
| Total de deduções | <u>(83.013)</u> | <u>(41.741)</u> |
| Receita líquida | <u>289.007</u> | <u>142.242</u> |

18. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1 Custos

| | <u>Consolidado</u> | |
|--|-------------------------------|-------------------------------|
| | 01/01/11 <u>a 31/12/11</u> | 02/09/10 <u>a 31/12/10</u> |
| Custos de extração (*) | (47.983) | (7.087) |
| <i>Royalties</i> e participação especial | (24.711) | (15.225) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (2.973) | (4.999) |
| Amortização e depreciação | <u>(53.055)</u> | <u>(29.847)</u> |
| Total | <u>(128.722)</u> | <u>(57.158)</u> |

(*) Em setembro de 2010, a Companhia teve recuperação de despesas no montante de R\$4.348, oriunda do ressarcimento pelo operador do Campo de Manati do *billing* referente as atividades incorridas ao longo do período.

18.2 Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------|
| | 01/01/11 a 31/12/11 | 02/09/10 a 31/12/10 |
| Pessoal | (1.751) | (44) |
| Serviços contratados de terceiros | (485) | (29) |
| Seguros | (865) | - |
| Impostos e taxas | (136) | - |
| Outras despesas | <u>(328)</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>(3.565)</u> | <u>(73)</u> |

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------|
| | 01/01/11 a 31/12/11 | 02/09/10 a 31/12/10 |
| Pessoal (a) | (44.042) | (5.018) |
| Serviços contratados de terceiros | (4.614) | (1.603) |
| Seguros | (958) | - |
| Impostos e taxas | (5.897) | (12) |
| Serviços compartilhados | (1.834) | (1.573) |
| Patrocínio | (687) | (1.221) |
| Outras despesas | <u>(6.064)</u> | <u>(686)</u> |
| Total | <u>(64.096)</u> | <u>(10.113)</u> |

- (a) O saldo em 31 de dezembro, inclui o montante de R\$23.070 referente ao pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada QGEP) de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A. A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA") de 28 de março de 2011.

19. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. O saldo de R\$52.071 em 31 de dezembro de 2011, inclui R\$13.213 referente a baixa dos gastos exploratórios do poço 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras, como já informado ao mercado e R\$29.584 de sísmica referente as novas aquisições.

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

| | Controladora | |
|---------------------------------|------------------------|------------------------|
| | 01/01/11 a 31/12/11 | 02/09/10 a 31/12/10 |
| Juros de aplicações financeiras | 423 | 9 |
| Despesas financeiras | (10) | - |
| Total | <u>413</u> | <u>9</u> |

| | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|
| | 01/01/11 a 31/12/11 | 02/09/10 a 31/12/10 |
| Juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras | 153.276 | 10.370 |
| Juros de empréstimos e financiamentos e outras receitas (*) e despesas financeiras | (20.421) | (12.919) |
| Variações cambiais, líquidas (**) | <u>(48.501)</u> | <u>12.330</u> |
| Total | <u>84.354</u> | <u>9.781</u> |

(*) Refere-se a bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

(**) Refere-se basicamente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, sobre a provisão para abandono para o período e sobre o saldo a pagar a Shell referente a compra do bloco BM-S-8 e campos Atlanta e Oliva (BS-4).

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS - NÃO AUDITADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

a) Direitos e compromissos com a ANP

A Companhia possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

| Fase | Bacia | Bloco/Campo | Participação | % |
|----------------------------|--------|------------------------------------|--------------------------------------|------|
| Abandonado | Santos | Coral | Petrobras (operador) | 35 |
| | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 15 |
| | | | Panoro Energy | 35 |
| | | | Brasoil | 15 |
| Desenvolvimento e Produção | Camamu | Manati Camarão Norte | Petrobras (operador) | 35 |
| | | | Manati | 45 |
| | | | Panoro Energy | 10 |
| | | | Brasoil | 10 |
| | Santos | Atlanta e Oliva (BS-4) | Petrobrás | 40 |
| | | | Barra Energia | 30 |
| | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 30 |
| | | | (operador) | |
| Exploração | Camamu | BM-CAL-5 Copaíba e Jequitibá | Petrobras (operador) | 72.5 |
| | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 27.5 |
| | | | | |
| | | | | |
| | Camamu | CAL-M-312 CAL-M-372 | Petrobras (operador) | 60 |
| | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 20 |
| | | | El Paso | 20 |
| | | | | |

| Fase | Bacia | Bloco/Campo | Participação | % |
|------|---------------|-------------|---|-----|
| | Santos | BM-S-12 | Petrobras (operador) | 70 |
| | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 30 |
| | Santos | BM-S-8 | Petrobras (operador) | 66 |
| | | | Petrogal | 14 |
| | | | Barra Energia | 10 |
| | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 10 |
| | Jequitinhonha | BM-J-2 | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 100 |

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operadora na quase totalidade dos blocos da Companhia. Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantido os direitos de explorar, desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural da Companhia:

| Bloco/campo | Garantia para o PEM (% QGEF) | Ano do contrato | Bônus de assinatura | Área km ² | Royalties | Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais) | | |
|---------------|---------------------------------|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|--|-----------------|----------|
| | MM R\$ | | | | | Exploração | Desenvolvimento | Produção |
| Manati | - | 2000 | - | 75,650 | 7,5% | 100,00 | 200,00 | 1.000,00 |
| Camarão Norte | - | 2000 | - | 16,470 | 7,5% | 100,00 | 200,00 | 1.000,00 |
| Coral | - | 2000 | - | 43,915 | 8,5% | 200,00 | 400,00 | 2.000,00 |
| BM-S-12 | - | 2001 | 1.596 | 2.058,720 | 10% | 435,52 | 871,04 | 4.355,20 |
| BM-CAL-5 | - | 2001 | 1.146 | 341,700 | 10% | 152,43 | 304,86 | 1.524,30 |
| BM-J-2 | 14 | 2002 | 855 | 742,051 | 10% | 174,43 | 348,86 | 1.744,30 |
| CAL-M-312 | - | 2004 | 205 | 745,851 | 10% | 239,00 | 478,00 | 2.390,00 |
| CAL-M-372 | 7,2 | 2004 | 562 | 745,031 | 10% | 239,00 | 478,00 | 2.390,00 |
| BM-S-8 | - | 2000 | - | 2.432,2 | 10% | 396,02 | 792,04 | 3.960,20 |
| BS-4 | - | 2000 | - | 199,6 | 7,8% | 200,00 | 400,00 | 2.000,00 |
| Total | <u>21,2</u> | | <u>4.364</u> | | | | | |

Em 31 de dezembro de 2011, a QGEF têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), que compreende a perfuração de 2 poços exploratórios, além de reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Caso esse programa exploratório mínimo não seja cumprido, a ANP executará a garantia estipulada. O compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de área. Em 31 de dezembro de 2011, o montante da provisão de abandono é de R\$107.047 (Nota 16).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- **Royalties**- Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados R\$22.698 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$2.453 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

- Participação especial- A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados R\$2.014 de participação especial, dos quais R\$865 permanecem no passivo a pagar.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$113 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não auditadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 – Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

| | |
|--|--|
| | Reserva total campo MMm ³ (não auditado) |
| Reserva provada estimada em 31/12/2011 (*) | <u>14.287</u> |

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2010 e deduzidas das produções mensais até o referido período.

c) Garantias

A Companhia tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias para algumas operações financeiras. Atualmente a Companhia tem como compromisso o pagamento de 100% das obrigações da subsidiária QGEP junto a Shell referente à aquisição dos campos Atlanta e Oliva (BS-4). As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

| | 31/12/2011 | | | |
|---------------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| <u>Ativos financeiros</u> | | | | |
| Mantidos até o vencimento | | | | |
| Caixa restrito (i) | - | - | 60.968 | 60.968 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Caixa e depósitos bancários | 2.705 | 2.705 | 107.311 | 107.311 |
| Contas a receber (ii) | - | - | 76.140 | 76.140 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Equivalente de caixa (i) | - | - | 914.640 | 914.640 |
| Aplicações financeiras (i) | - | - | 130.479 | 130.479 |
| Instrumento financeiro derivativo (i) | - | - | 1.088 | 1.088 |
| <u>Passivos financeiros</u> | | | | |
| Outros passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 103.557 | 91.555 |
| Fornecedores (ii) | 83 | 83 | 26.652 | 26.652 |
| Partes relacionadas | 113 | 113 | 500 | 500 |
| Contas a pagar | - | - | 265.895 | 265.895 |
| Instrumento financeiro derivativo (i) | - | - | 780 | 780 |

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis para ativo e passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber, a pagar e fornecedores também não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

| | <u>Até 1 ano</u> | <u>Até 2 anos</u> | <u>Total</u> |
|------------------------------|------------------|-------------------|----------------|
| Fornecedores | 26.652 | - | 26.652 |
| Contas a pagar | 265.895 | - | 265.895 |
| Partes relacionadas | 500 | - | 500 |
| Empréstimos e financiamentos | <u>51.992</u> | <u>51.565</u> | <u>103.557</u> |
| Total | <u>345.039</u> | <u>51.565</u> | <u>396.604</u> |

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras. A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como sendo de *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas a taxa de juros CDI pós-fixada. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo e Libor).

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

| <u>Operação</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário Provável</u> | <u>Cenário I - deterioração de 25%</u> | <u>Cenário II - deterioração de 50%</u> |
|---|--------------|-------------------------|--|---|
| Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011 | | 10,87% | | |
| Equivalente de caixa | Baixa do CDI | 914.640 | 914.640 | 914.640 |
| Aplicações financeiras | Baixa do CDI | 130.479 | 130.479 | 130.479 |
| Taxa anual estimada do CDI | | 9,69% | 7,27% | 4,85% |
| Efeito anual no equivalentes de caixa e aplicações financeiras: | | | | |
| Redução | | (10.496) | (32.376) | (54.718) |

| <u>Operação</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário Provável</u> | <u>Cenário I - deterioração de 25%</u> | <u>Cenário II - deterioração de 50%</u> |
|--|--------------|-------------------------|--|---|
| Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011 | | 10,87% | | |
| Caixa restrito: | | | | |
| Fundo da provisão de abandono | Baixa do CDI | 11.379 | 11.379 | 11.379 |
| BNB | Baixa do CDI | 2.142 | 2.142 | 2.142 |
| Conta reserva | Baixa do CDI | 47.447 | 47.447 | 47.447 |
| Taxa anual estimada do CDI | | 9,69% | 7,27% | 4,85% |
| Efeito anual no caixa restrito: | | | | |
| Redução | | (315) | (971) | (1.640) |

| <u>Operação</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário Provável</u> | <u>Cenário I - deterioração de 25%</u> | <u>Cenário II - deterioração de 50%</u> |
|--|--------------|-------------------------|--|---|
| Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011 | | 6% | | |
| Empréstimos: | | | | |
| BNDES A | Alta da TJLP | 24.463 | 24.463 | 24.463 |
| BNDES B | Alta da TJLP | 28.011 | 28.011 | 28.011 |
| BNB 001 | Alta da TJLP | 43.848 | 43.848 | 43.848 |
| BNB 002 | Alta da TJLP | 7.235 | 7.235 | 7.235 |
| Taxa anual estimada da TJLP | | 6,00% | 7,50% | 9,00% |
| Efeito anual nos empréstimos: | | | | |
| Aumento | | - | 571 | 1.136 |

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre a provisão para abandono e contas a pagar, valorizados em moeda estrangeira.

Com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar a Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos, conforme detalhado abaixo. Essa exposição se refere a segunda parcela paga pela aquisição de 30% dos campos Atlanta e Oliva (BS-4) no dia 2 de março de 2012.

Os instrumentos contratados para parte da segunda parcela da aquisição foram NDFs (*Non Deliverable Fowards*) no valor nominal total de US\$70.000, cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

| | |
|-------------------------|---------------------------------|
| Data efetiva: | 21/09/11 a 11/10/11 |
| Vencimento: | 19/03/12 |
| Valor nominal: | USD 70.000 |
| Taxa de câmbio a termo: | R\$/USD 1,8135 a R\$/USD 1,9123 |

| <u>Operação de termo de moeda</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Taxa</u> | 2011 | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|----------------|
| | | | Valor nocional | Valor justo |
| | | | <u>R\$</u> | <u>R\$</u> |
| NDFs | 19/março/12 | USD | 130.071 | 308 (a) |

(a) Corresponde ao ajuste líquido do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Os ativos e passivos referentes aos valores justos estão contabilizados nas contas de Outros Ativos Circulantes e Outros Passivos Circulantes e o efeito líquido está registrado como Resultado Financeiro no resultado do exercício.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

| <u>Operação</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário Provável</u> | <u>Cenário I - deterioração de 25%</u> | <u>Cenário II - deterioração de 50%</u> |
|---|---------------|-----------------------------|--|---|
| Taxa média ponderada contratual (R\$/US\$) | | 1,89 | | |
| NDF notional (US\$ mil) | Queda do US\$ | 70.000 | 70.000 | 70.000 |
| Taxa R\$ / US\$ | | 1,89 (*) | 1,42 | 0,95 |
| Efeito na variação da taxa de câmbio: | | | | |
| Redução | | - | (33.075) | (66.150) |

(*) Com base nos contratos futuros de dólar comercial da BMF em 29/12/2011

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade no caso de uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre os instrumentos financeiros passivos da Companhia.

| | Consolidado | | | | |
|--|--|--|--------------|---|---------------------------------------|
| | 2011 | | | | |
| | <u>Cenário</u> <u>Provável</u> <u>em USD</u> | <u>– Cenário</u> <u>Provável</u> <u>em R\$</u> | Risco | <u>Cenário</u> <u>possível (25%)</u> | <u>Cenário</u> <u>remoto (50%)</u> |
| Dólar | | | | 2,3448 | 2,8137 |
| <u>Operação</u> | | | | | |
| Contas a pagar – Shell | 141.750 | 265.895 | Alta do US\$ | 265.895 | 265.895 |
| Provisão para abandono | <u>57.067</u> | <u>107.047</u> | Alta do US\$ | <u>107.047</u> | <u>107.047</u> |
| Passivos expressos em reais nas respectivas taxas de câmbio | 198.817 | 372.942 | | 372.942 | 372.942 |
| Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real | N/A | N/A | | 93.234 | 186.469 |

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações S.A. (“Prospecto Definitivo”).

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

| Acionista | Nº de ações ordinárias | % de participação | Capital |
|---------------------|------------------------|-------------------|------------------|
| Queiroz Galvão S.A. | 167.459.291 | 62,9 | 1.307.135 |
| FIP Quantum | 18.606.588 | 7,0 | 145.468 |
| Administradores | 7 | 0,1 | 2.078 |
| Ações em circulação | <u>79.741.019</u> | <u>30,0</u> | <u>623.435</u> |
| Total | <u>265.806.905</u> | <u>100</u> | <u>2.078.116</u> |

ii) Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

| | Período de 01/01/11 a 31/12/11 | Período de 02/09/10 a 31/12/10 |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <u>Resultado básico e diluído por ação</u> | | |
| <i>Numerador</i> | | |
| Lucro (Prejuízo) líquido do período | 92.137 | 35.595 |
| <i>Denominador (em milhares de ações)</i> | | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | <u>256.850</u> | <u>60.143</u> |
| Resultado básico e diluído por ação ordinária | <u>0,36</u> | <u>0,59</u> |

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de dezembro de 2011 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo este Plano de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$9,87.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

| | Planos de opções de compra de ações 2011 |
|--|---|
| Data da reunião do Conselho de Administração | 29/04/2011 |
| Total de opções concedidas | 1.097.439 |
| Preço de exercício da opção | R\$19,00 |
| Valor justo da opção na data da concessão | R\$9,87 |
| Volatilidade estimada do preço da ação | 59,24% |
| Dividendo esperado | 2,35% |
| Taxa de retorno livre de risco | 6,36% |
| Duração da opção (em anos) | 7 |

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

| | Opções de ações | Preço de exercício médio ponderado |
|---|--------------------|--|
| Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010 | - | |
| Concedidas no período | <u>1.097.439</u> | <u>19,00</u> |
| Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011 | <u>1.097.439</u> | <u>19,00</u> |
| Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011 | - | - |

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011 estão sumariadas abaixo:

| Opções em circulação | | | | Opções exercíveis | |
|--|--|---|--------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| Intervalo de preços de exercício | Opções em circulação em dez/2011 | Maturidade remanescente media em anos | Preço de exercício médio | Opções exercíveis em dez/2011 | Preço de exercício médio |
| 19,00 | 1.097.439 | 7 | 19,00 | - | - |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$3.731, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

iv) Custos de transação

Conforme determinado no Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia registrou em conta redutora do capital social os valores pagos relacionados a abertura de capital no montante de R\$57.380.

v) Destinação do lucro do exercício

A Administração da Companhia está propondo à Assembléia Geral de Acionistas destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme a seguir:

| | <u>2011</u> |
|------------------------------------|-------------|
| Lucro líquido do exercício | 92.137 |
| Constituição da reserva legal (5%) | (4.607) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (1) |
| Reserva de investimento | 87.529 |

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 0,001% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

vi) Reserva de lucros para investimento

Constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, à qual será submetido a aprovação na assembléia de Acionistas.

24. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

| <u>Modalidade</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Importâncias seguradas Dez-11</u> |
|---|-------------------|--|
| Responsabilidade civil geral | 21/01/2012 | 835.669 |
| Responsabilidade civil de diretores e administradores | 16/01/2012 | 100.000 |
| Riscos de petróleo e operacionais | 21/01/2012 | <u>280.800</u> |
| Total | | <u>1.216.469</u> |

Os seguros foram renovados em 2012, com o vencimento das novas apólices para 16 e 21 de janeiro de 2013, conforme descrito na Nota 29.

25. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contra-partida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$196, reconhecida na demonstração consolidada do resultado, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2012.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Adições ao intangível | 225.636 | - |
| Adições ao imobilizado | 801 | - |
| Plano de opções de ações | 3.731 | - |
| Contas a receber | - | 82.434 |
| Custos exploratórios | - | 752.798 |
| Outros ativos | - | 5.102 |
| Fornecedores | - | 16.680 |
| Impostos e obrigações sociais a recolher | - | 25.891 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 393.630 |
| Provisão para abandono | - | 100.210 |
| Outros passivos | - | 16.785 |

28. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2012, os principais ativos ou interesses cobertos por seguros foram renovados. Os respectivos montantes e vencimentos estão demonstrados a seguir:

| <u>Modalidade</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Importâncias seguradas</u> |
|---|-------------------|-----------------------------------|
| Responsabilidade civil geral | 21/01/2013 | 3.106.722 |
| Responsabilidade civil de diretores e administradores | 16/01/2013 | 100.000 |
| Riscos de petróleo e operacionais | 21/01/2013 | 280.800 |
| Total | | <u>3.487.522</u> |

Em 8 de fevereiro de 2012 a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) aprovou a transferência de 15% dos direitos de concessão do Campo de Coral para a QGEP. Os demais membros do consórcio são a Petrobras (35%), Panoro Energy (35%) e a Brasoil (15%).

Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (BS-4) para a QGEP. Os demais membros do consórcio são a Petrobras (40%) e a Barra Energia (30%).

Conforme divulgado na Nota 12, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de US\$157.500 (cento e cinquenta e sete milhões e quinhentos mil dólares). Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição no montante de R\$243.130 (equivalente a US\$141.750). Com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs), cujo objetivo era reduzir a exposição às oscilações do dólar desta dívida, na mesma data.
